

Vítima da violência e da impunidade morre em Mundo Novo Dorcelina Folador

“Qualquer estudo sobre a responsabilidade do patriciado brasileiro no horror que o cerca acaba sendo um estudo sobre os usos da fatalidade. A fatalidade é o alibi, a fatalidade é a desculpa, a fatalidade, no fim, é a explicação de tudo.”

Lula Fernando Veríssimo

A cada dia a violência no país aumenta. A cada sucessivo amanhecer somos surpreendidos por novos fatos que nos levam ao esquecimento do que ocorreu no dia anterior. Assistimos às mortes como a um filme. Assistimos à morte de Dorcelina Folador, nossa companheira, prefeita de Mundo Novo (MS) – e que mundo é este?

Dorcelina recebia ameaças de morte desde a sua eleição. Fez diversas denúncias, muitas delas entregues à CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados, contra grupos ligados ao tráfico de drogas e de crianças na fronteira.

Integrava o MST e assim como tantos outros trabalhadores e trabalhadoras rurais, morreu.

São muitas as vítimas em um país onde o modelo político neoliberal imprime a sua mais perversa face. São milhões de excluídos. E isso parece não sensibilizar o governo federal que, do alto de sua arrogância, tenta apelar para o fácil argumento da fatalidade.

São as chamadas “fatalidades” cotidianas – parafraseando Veríssimo – que banalizam a violência rural e urbana. Assassinatos, chacinas, crime organizado, rebeliões. A

vida parece escapar-nos pelos dedos – literalmente – uma vez em que o acesso a armas perigosíssimas é totalmente facilitado.

Episódio recente. Um estudante compra uma metralhadora e atira aleatoriamente, matando três pessoas numa sala de cinema em São Paulo. Ainda que pese a idéia de um ato desatinado e solitário, somente pelo porte da arma, uma Cobray 9 mm, de uso restrito do Exército, aliado ao fato de que a polícia encontrou crack e cocaína na casa do estudante, já nos leva a reflexões.

Em todo o país vai se descortinando uma rede criminosa. Denúncias envolvem os três Poderes da Nação. Juízes no Maranhão respondem pela acusação de envolvimento com a prostituição infantil. Policiais no Rio de Janeiro suspeitos de casos de extorsões. Ministro da Defesa acusado de envolvimento com o crime organizado no Espírito Santo. Desde a instalação da CPI do Narcotráfico, a teia de fraudes, assassinatos, ações de traficantes, tem demonstrado que o crime organizado atinge vários Estados brasileiros. Recaindo sobre São Paulo evidências de que seria o centro do esquema de tráfico.

Diante deste alarmante quadro, falar sobre a vida, sobre cidadania, sobre o direito ao trabalho, educação e saúde, para muitos soa como um discurso antigo, atrasado, de utópicos, ao mesmo tempo em que nos remete ao futuro, no qual tudo pode ser virtual: as ações, a vontade política de mudar a estrutura deste Estado falido. Apodrecido pela implementação de políticas de exclusão, marcado pela impunidade. Ausente de solidariedade.

Falar da vida, como diz Frei Betto, “é erguer-se contra o



sistema que estruturalmente se alimenta da morte. A agonia diária do trabalhador explorado, a morte cívica dos direitos humanos negados, a marginalização política de quem não participa da escolha de seus governantes são sinais da necrofilia de uma ordem social”.

A violência engendra economicamente o contingente de excluídos do sistema. “Nasce da decisão política de arrancar o pão da boca da coletividade, para que o valor de troca prevaleça sobre o valor de uso”, argumenta Frei Betto.

Os nossos paradigmas não são os mesmos que os do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, porque temos a capacidade de indignarmos contra este modelo de “morte”. Contra este modelo neoliberal tão bem defendido por FHC.

E, mesmo assim, ainda temos que ouvir o Presidente dizer que o país está cansado. Ora, somos nós que estamos cansados dele, porque temos projeto para o Brasil. Um projeto democrático, em defesa do Brasil e do Trabalho.

Previdência precisa de mudanças mais profundas

Dando continuidade à reunião realizada em Brasília em outubro, estiveram em São Paulo nessa sexta-feira os líderes do PT na Câmara e Senado, José Genoíno e Marina Silva, respectivamente, Luiz Inácio Lula da Silva, os governadores Olívio Dutra (RS), Zeca do PT (MS), Jorge Viana (AC) e membros da Executiva Nacional.

Na pauta estavam a conjuntura nacional, Previdência, o II Congresso do PT, o lançamento do Manifesto em Defesa do Brasil, que terá o apoio dos três governadores.

Para o presidente nacional do PT, José Dirceu, a avaliação da situação política do país deixa o Partido “apreensivo pela gravidade da situação social e pelo crescimento do crime organizado, narcotráfico e pela paralisação do governo federal”.

Dirceu lembrou que estamos

colhendo os frutos da política dos últimos 10 anos e que o assassinato da prefeita de Mundo Novo (MS), Dorcelina Folador, “é mais um triste episódio, um assassinato covarde de uma prefeita que dedicou a sua vida para fazer justiça”.

Teto para os Poderes

O deputado José Genoíno reafirmou que a relação entre governadores e bancada está consolidada, é “de parceria, de entendimento, compreendendo as esferas de competência e responsabilidade institucional dos governadores e da bancada”.

Para Genoíno o PT vai agir e trabalhar principalmente nas matérias “que dizem respeito aos nossos Estados e que serão votadas no Congresso”.

O PT defenderá a fixação do limite da remuneração dos três Poderes. Só com esse limite será possível dar aos Estados e municípios a possibilidade de estabelecer sub-tetos nas demais unidades da Federação, combatendo, assim, os altos salários no serviço público. “Se deixar a emenda do sub-teto como está, a critério de cada Poder, ela não terá nenhuma validade”, explicou Genoíno. Os sub-tetos terão valores inferiores ao teto nacional e serão estabelecidos pelo Executivo, Legislativo e Judiciário.

O Brasil ainda não possui um teto nacional porque depende da aprovação de uma lei conjunta e até agora nenhum dos poderes quis se comprometer. Pela proposta petista este teto e sub-teto terão incidência nos altos benefícios

Na próxima quarta-feira, 10 de novembro, o país vai parar. Será o Dia Nacional de Paralisação e Protesto em Defesa do Emprego e do Brasil. A paralisação, que foi definida pelo Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania, terá como eixos principais a luta por emprego, salário, previdência, reforma agrária, pelo não pagamento das dívidas interna e externa e por direitos sociais. Com FHC não dá!

Tragédia anunciada ou uma tela de Munch

O grito. Ou melhor, o choro. O médico anuncia que é um menino. Um grande poeta – que tinha Cabral no nome mas contava outra história – o chamaria Severino. Mas até mesmo em sua homenagem ele seria João. O personagem desta história é diferente. Mas a trajetória é severina.

Poderia ser uma menina. Se chamar Maria ou Teresa. Poderia.

Mas esta é a história de João. O menino que nasceu na periferia de uma grande cidade.

Logo cedo, João aprendeu a roubar. Não era para ser diferente. Pois a cada dia lhe roubavam alguma coisa. O menino não tinha nada. Não era doente, mas não tinha direito à saúde. Não tinha conhecimento. E para que precisaria?

Contradição? Não tinha nada e lhe tiravam algo? Roubavam seus sonhos. Roubavam sua infância. Roubavam sua adolescência. Sua auto-estima. Sua dignidade.

O médico anuncia que é um menino. Anuncia que está vivo. João. Ah! João era valente! Enfrentava a vida. Pois viver não era um direito era um desafio.

Alheio a tudo. Alheio a índices que apontavam seu destino. O dólar subia e caía. João seguia. Vivía das sobras, dos restos. Vivía



do lixo. E o lixo que engolia lhe descia pela garganta rasgando sua cidadania. Palavra cujo significado nunca soube.

E, por falar em números, não sabemos se João algum dia imaginou que não estava sozinho. Milhões teciam o mesmo caminho.

O médico anuncia que está vivo. Que é um menino.

João vivia num tempo em que havia “toque de recolher”. Às 21h30 tinha que estar em casa... como se houvesse uma. Havia chacinha, havia o medo e o pânico. Questionava-se muitas vezes se vivia numa guerra. Nunca houve resposta às suas inquietações. Inquietações de menino.

Enquanto isso, mais números

em seu imaginário de criança. Mais nomes que não lhes diziam nada. Mais siglas: FHC, ACM, FMI. Tudo lhe parecia estrangeiro. Ouvia e não entendia. Escutava sempre ainda um “made in”. Que raio de coisa era esse “made in”? E João seguia inquieto. Quem seria esse tal de FHC, que mais parecia nome de veneno? Onde morava e com quem conversava? Arriscava dizer que era amigo íntimo daquela outra sigla. Daquele outro homem chamado FMI.

Mais inquietações. E ACM? – Ah! Mas o nosso amigo João neste momento se dispersou. Como caminhava em um lixão para buscar comida, sentiu um cheiro podre no ar. Voltou a

pensar em ACM e seguiu sem mais esta resposta.

De uma coisa ele tinha certeza: devia ser chique e importante usar somente letras desconexas. Adotou então JS (o S era S de Silva, como a maioria). Isto mesmo, a partir de agora iria se impor. E, para tanto, não seria mais João. Um soco daria em quem não o chamasse de JS.

O médico anuncia que está vivo. Que é um menino.

Nascia JS. E agora era o tal. Seguiu o exemplo dos “siglados” – assim dizia com orgulho. E mais, estava determinado, ninguém se oporia ao seu caminho. Passaria por cima de todos e de tudo. Era o exemplo que tinha.

O que JS não sabia é que não haviam lhe roubado tudo. Ainda havia a liberdade a perder. E ainda jovem se viu confinado num inferno. O argumento era infimo para a sua compreensão. O argumento da porrada. Iam recuperá-lo. Mais porrada.

JS gritava. Transmitia o horror de uma tela de Munch.

O grito. Um choro. O médico anuncia que é um menino. O médico anuncia que está morto. Morte anunciada. A Morte de João. A morte de muitos outros.

Gabriela Klee é jornalista

Frente de Oposição lança Manifesto em Defesa do Brasil

O lançamento do Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho será realizado em Brasília, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, no dia 18 de novembro. O texto, que deverá ser assinado pelos presidentes dos partidos da Frente de Oposição e membros do Conselho Político da Frente de Partidos, já possui mais de 60 assinaturas de personalidades, artistas, empresários e lideranças políticas do país.

RECADADO

Frutos amargos



Jorge Maritano

violência ao campo brasileiro, estendeu-se para as cidades com assassinatos covardes e impunes de prefeitos em todo país. E agora chega às manchetes com o assassinato da deputada Ceci Campos em Alagoas e da prefeita de Mundo Novo, Dorcelina Folador.

O crescimento da violência e do crime vem junto com o aumento do número de jovens infratores, confinados nas 'Febem' da vida, hoje rebelados e em pé de guerra em todo Estado de São Paulo.

Do outro lado, as elites ricas fazem de conta que não vêem e não sabem de nada, continuam a ostentar sua riqueza e seus privilégios, chegando ao ponto de perderem, não a vergonha, mas o próprio pudor.

As classes médias, que durante duas décadas acreditaram nos discursos fascistas de mais polícia e mais armas, caem na real e se dão conta de que é preciso, antes de mais nada, justiça social, uma radical mudança na distribuição de renda da sociedade brasileira. Medidas simples e diretas, escolas e empregos, cultura e lazer, solidariedade e igualdade.

Não haverá paz social

sem uma mudança radical de nosso modelo econômico e da estrutura de renda e propriedade de nosso Brasil e nenhuma medida repressiva resolverá o problema da violência se, de cima, não vier o exemplo.

A corrupção, a sonegação de imposto, o fisiologismo e o clientelismo, a compra de votos e, principalmente, a impunidade são os exemplos que nossas elites dão ao povo. O enriquecimento fácil e rápido como cultura, seja por meio do jogo, ou da lei do mais forte, do poder político.

O desmonte do Estado e a exaltação do dinheiro e da riqueza material formaram toda uma geração e todo um modo de vida. A violência tornou-se uma companhia constante e permanente na cultura de massas, imposta pela televisão e sua exaltação cobra agora diariamente seu preço.

A fúria privatista, a centralização tributária e uma política de segurança pública errada deixou os Estados desarmados frente ao crescimento do crime organizado e o governo federal foi simplesmente omissivo, deixando o país a mercê do narcotráfico e do crime

organizado. Sem uma política de segurança pública em nível nacional e com uma Polícia Federal sucateada e completamente sem autoridade, o atual governo não sabe o que fazer e por onde começar.

Agora descubrem que as instituições estão infiltradas e controladas pelo narcotráfico e graças, mais uma vez, a uma CPI, o país toma consciência da gravidade da atuação do crime organizado nos poderes Legislativo, Judiciário e nas instituições policiais.

A sociedade precisa aprender que ela, somente ela, pode mudar este estado de coisas, não apenas pela mobilização e protesto contra o crescimento da violência, mas pelo voto, mudando de governo, derrotando as atuais elites que governam o Brasil.

Somente assim poderemos, com uma nova maioria no parlamento e um novo governo, fazer as reformas que o nosso povo necessita, inclusive a do aparelho policial e de segurança pública, e mudar radicalmente este modelo econômico. Antes que seja tarde.

José Dirceu é presidente nacional do PT e deputado federal

INTERNACIONAL

Argentina: o voto dos que transitaram da hiperinflação ao hiperdesemprego

A Alianza ganhou as eleições presidenciais com uma campanha centrada na questão da ética na política. Nos discursos de seus candidatos prevaleciam as acusações ao governo Menem pelas práticas de corrupção e de abusos de poder. As urnas mostraram a eficácia dessa estratégia. A sociedade votou por essa mudança e De la Rúa é o novo presidente eleito dos argentinos.

Mas, será que é só isso que esperam os argentinos de seus eleitos?

A plataforma de governo da Alianza inicia com o item "Uma economia com pleno emprego" e promete crescimento sustentável, impulsionar as pequenas e médias empresas e desenvolver as economias regionais. Enumeram-se as políticas necessárias para a obtenção desses objetivos: turismo, reforma tributária e comércio exterior concentram as expectativas como fontes de recursos para tirar a economia da recessão.

É interessante ressaltar o que se coloca no item "Sistema financeiro": 1) Impulsionar a competição de todos os segmentos do sistema financeiro. 2) Adequar as regulações do sistema para diminuir as taxas de juros e facilitar o crédito, especialmente para as pequenas e médias empresas. 3) Melhorar os mecanismos de supervisão do sistema bancário. Gente! Nem meia palavra sobre a lei de convertibilidade (1 peso = 1 dólar) que engessa todo o sistema e impede o exercício da autonomia financeira da nação! Sabemos que o velho fantasma da hiperinflação, desencadeada aliás pelas políticas do governo Alfonsín (1983-1989) do mesmo partido de De la Rúa, assola a cidadania que continua a venerar a estabilidade como valor supremo. Mas não há uma prudência excessiva e suicida em tentar tampar o sol com a peneira e não desvendar as verdadeiras causas da hiperinflação primeiro e do hiperdesemprego depois, como consequência das políticas neoliberais centradas na estabilidade monetária?

O segundo capítulo trata das "Metas sociais", enunciadas pontualmente com destaque para a redução da pobreza e diminuição da mortalidade infantil, entre outras. Sobre Relações de trabalho, defende a autonomia e a negociação coletiva, liberdade sindical, participação do Ministério do Trabalho na formulação de políticas para o Mercosul, aplicação do Ministério do Trabalho na formulação e pleno funcionamento do Sub-Grupo 10 de Relações Trabalhistas e do Foro Consultivo Econômico Social. A leitura das propostas sobre Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura e Esportes provoca inquietação: e os meios? Já o capítulo sobre Qualidade dos Serviços Públicos e Comunicações traz propostas alternativas passíveis de serem executadas a partir da vontade política na defesa do bem público. Estamos no terreno favorito da Alianza: democracia e direitos. Uma beleza. Nada para tirar nem pôr. Lembramos de tantas declarações parecidas!

A verdadeira boa notícia: o último capítulo sobre A Argentina no mundo. Nosso vizinho deixará de ter "relações carnisais" com os Estados Unidos e declara o Mercosul, "fortalecido, aprofundado e ampliado como prioridade fundamental da política externa argentina".

Ana Maria Stuart, é assessora da Secretaria de Relações Internacionais do PT

CIDADANIA

Paralisar e protestar.

Vicentino*

Continuam as mobilizações contra o governo FHC, contra a sua política econômica, contra a miséria e o desemprego. Mobilizações em favor da retomada do crescimento, pela geração de empregos, valorizando a produção nacional e os serviços públicos. Mobilizações, enfim, pela soberania nacional, pelo Brasil. Está marcado para 10 de novembro o Dia Nacional de Paralisação e Protesto em Defesa do Emprego e do Brasil. Não vamos apenas paralisar as nossas atividades. Muito mais que isso, precisamos sair às ruas e mostrar o nosso descontentamento com os rumos que nosso país vem tomando.

Infelizmente, os números que temos sobre o Brasil nos mostram os descaminhos seguidos pelo governo FHC, o que pode ser constatado nos mais diversos setores da vida nacional. Da educação à saúde, da concentração de terras à concentração de renda. Dos altos juros ao desemprego. Vivemos um caos social. E a equipe econômica nos acena somente com pedidos de "calma", "paciência", e argumentos estereis, como as recentes declarações do ministro Malan: se tudo correr bem, em 2015 a

Pelo Brasil!



pobreza estará eliminada. Como se não bastasse, nesta semana o mesmo ministro afirmou que "os descontentes devem esperar até 2002". Mas a pobreza, a miséria, o desemprego e a violência estrutural são presentes, não podem esperar...

Há um total de 54 milhões de pobres, ou seja, 34% da população,

sendo 24 milhões de indigentes. A pobreza tem deixado o campo e se dirigido para as cidades: 36% dos pobres vivem nas áreas rurais, 45% se encontram nas regiões metropolitanas e grandes cidades, segundo o IBGE.

Contra a pobreza, só há um remédio: dinheiro. O governo tem que investir, caso queira elevar a renda

dessas pessoas ao mínimo aceitável. A pesquisadora Sônia Rocha, do Ipea, estima em R\$ 23 bilhões a quantidade de recursos necessários, enquanto o ex-governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, eleva esse total para R\$ 36 bilhões.

Por tudo isso, e contra tudo isso, diversas entidades que compõem o Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania decidiram marcar o Dia Nacional de Paralisação e Protesto em Defesa do Emprego e do Brasil.

Daremos mais um passo na luta contra a política do governo FHC, em continuidade à Marcha dos 100 mil a Brasília, ocorrida no dia 26 de agosto. Mas no dia 10 de novembro não seremos mais apenas os 100 mil, mas milhões, protestando e exigindo uma vida digna.

Se vivemos um momento muito importante (e preocupante) na história do Brasil, nos cabe lutar para que o nosso país seja verdadeiramente nosso, de todos os que o constroem diariamente.

Vicente Paulo da Silva, Vicentino, é presidente nacional da CUT e do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir)

No último domingo, a Frente Ampla - coalizão de esquerda - no Uruguai saiu na frente nas eleições presidenciais. Na próxima edição do PT Notícias uma análise sobre o processo eleitoral uruguaio.

PTnotícias

Órgão de Notícias Nacional do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Dirceu

SECRETARIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rosana Ramos

MTB 19131

REDAÇÃO

Rosana Ramos,

Fernanda Estima

ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Bimbo e

Sônia M. N. Pedroso

PAGINAÇÃO ELETRÔNICA

Alexandre Machado

ILUSTRAÇÕES

Vicente Mendonça

SEDE

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP

CEP 01019-000

Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349

e-mail: ptnot@pt.org.br

Home page: www.pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares

Fotolitos e Impressão: Artpress

Morte de Dorcelina mobiliza população de Novo Mundo

Na noite de sábado, dia 30 de outubro, a prefeita de Mundo Novo (MS), Dorcelina Folador, foi brutalmente assassinada, sendo atingida pelas costas com oito tiros, na varanda de sua casa.

Dorcelina era jovem, 36 anos, casada e tinha duas filhas: Jéssica, de nove anos, e Winie, de quatro anos. Petista, militante do MST na área de educação, foi eleita em 1996 tendo como plataforma a necessidade de uma ofensiva da Polícia Federal para acabar com a máfia do narcotráfico na região.

Dorcelina recebia ameaças de morte desde a sua eleição, mas há três meses parecia ter ocorrido uma "trégua" nas ameaças. A prefeita fez diversas denúncias, muitas delas entregues à CPI do Narcotráfico da Câmara, contra grupos ligados ao tráfico de drogas e de crianças na fronteira.

Mundo Novo é um município com 17 mil habitantes no extremo sul do Mato Grosso do Sul, a 12 quilômetros da divisa com o Paraguai e 18 do Paraná.

O assassinato da prefeita, que tinha mais de 80% de aprovação popular, revoltou e mobilizou a população.

Em seu velório, realizado no ginásio da cidade, passaram mais de 14 mil pessoas. O governador do Estado, Zeca do PT, lideranças nacionais como o presidente nacional do PT, José Dirceu, Luiz Inácio Lula da Silva, Sonia Hypólito, o senador Eduardo Suplicy e dirigentes locais do PT e MST também foram prestar as últimas homenagens.

Zeca, muito emocionado, carregou o caixão da prefeita e anunciou que "não medirá esforços para identificar os responsáveis". Neste sentido, nomeou comissão que vai se reunir com a equipe da Polícia Civil responsável pelo inquérito.



Hipóteses

A polícia vem trabalhando com as hipóteses de ação de grupos de tráfico de drogas e a disputa política na região.

Para José Dirceu, os assassinos devem ser "pistoleiros profissionais contratados por narcotraficantes da região de fronteira".

E apesar de todas as probabilidades em decorrência da história de luta de Dorcelina e das denúncias que fazia, a imprensa publicou matérias nas quais o marido da prefeita, Cezar Folador, presidente municipal do PT, poderia também ser suspeito do crime.

O motivo, segundo as matérias, seria o fato de Dorcelina ter feito há pouco tempo um seguro de vida "milionário". O que foi desmentido na tarde de ontem pelo Secretário de Justiça estadual, que falou à imprensa e anunciou que o Ministério Público não encontrou nenhuma apólice de seguro e que, portanto, não há nenhuma suspeita com relação a Cezar.

Segundo Cácia Cortez, diretora de programação da TVE/MS, militante do PT e comadre do casal, essas insinuações são absurdas.

"Cezar é um homem muito carinhoso e simples", relatou.

"Na década de 80, o líder guarani Marçal de Souza fazia as mesmas denúncias e também foi assassinado. O crime causou comoção internacional e a Polícia Federal tratou o caso como sendo passional, como sendo crime encomendado pela sua esposa", contou Cácia. E este crime, graças à esse tratamento dado pela polícia, continua impune até os dias hoje.

Cácia disse esperar a ocorrência de manifestações contra o "desvirtuamento das investigações" e conseguir "romper com a impunidade no Estado".

Modo Petista de Governar

Dorcelina era querida pela população e o motivo era o fato de ser uma das que mais aplicava o Modo Petista de Governar. Assumiu a administração com quatro meses de salários atrasados e com a prefeitura em sérias dificuldades.

Ela equilibrou as finanças e ainda deixou um saldo positivo de R\$ 1,1 milhão em caixa. Com programas e projetos voltados aos interesses da população e austeridade nas contas

públicas, Dorcelina tinha grandes chances de ser reeleita.

O vice-prefeito, Cléber Correa, hoje no PMDB, que rompeu com Dorcelina dois meses após a posse devido à negação de acúmulo de cargos que ele exigia, tomou posse na tarde de ontem. Milhares de manifestantes estiveram presentes exigindo apuração do crime e que a administração continue com os projetos da prefeita.

Comissão na Câmara

Na última quarta-feira foi formada comissão de deputadas de diversos partidos, organizada por Luci Choinacki (PT-SC), que visitará Mundo Novo no dia 11 para prestar solidariedade à família e à população. No mesmo dia será realizado na Câmara ato ecumênico.

"Como pode uma pessoa pagar tão caro por ser honesta, digna e querer proporcionar às pessoas o direito de ser cidadã, de ter saúde, educação e moradia?", indagava o deputado João Grandão (PT-MS). O deputado Padre Roque, que é membro da CPI do Narcotráfico, disse ter certeza de que a autoria do crime partiu de adversários políticos, do narcotráfico ou ainda do tráfico de bebês.

Reforço da Polícia Federal

O ministro da Justiça, José Carlos Dias, durante audiência a 13 deputados e senadores, garantiu reforço da Polícia Federal para apoiar a Polícia Civil do Mato Grosso do Sul na investigação do assassinato da prefeita de Mundo Novo.

A decisão foi tomada durante conversa telefônica entre o ministro e o governador Zeca do PT, acompanhada pelos parlamentares. Segundo o ministro, o próprio presidente Fernando Henrique solicitou atenção para o caso. Dias admitiu aos parlamentares, do PT e de outros partidos, as dificuldades das polícias estaduais.

Por que mataram Dorcelina Folador?

Ganhou destaque, nos últimos meses, a intensa e promíscua relação entre o crime organizado e os partidos conservadores. Mas nada disso é novidade para quem acompanha a vida dos pequenos municípios situados em fronteiras.

Durante a ditadura militar, estes municípios eram tratados como área de segurança nacional. Planejados para serem área de pequena produção, eles foram ocupados pelo latifúndio, que transformou as administrações municipais em seu escudo legal e facilitador. A lista de facilidades é enorme: pavimentação de estradas particulares, veículos de propriedade pública operando dentro das propriedades privadas, isenção ilegal de impostos etc.

Ao mesmo tempo, estas administrações foram postas a serviço do crime organizado: aeroportos clandestinos, prefeitos corruptos, juizes comprados, delegados a serviço do ilícito. O poder local servia de escudo protetor para o contrabando; tráfico de drogas, armas e crianças; saques e roubos de pequenas propriedades; grupos de extermínio; roubo de gado e carros, etc.

A distância dos grandes centros e a impunidade proporcionada pela ditadura mantiveram, por muito tempo, os municípios de fronteira como propriedade privada desta mistura de latifúndio e crime. Na região do Mato Grosso do Sul, esta situação começou a mudar em meados dos anos 80, quando - ainda sob o governo Figueiredo - ocorreu uma primeira grande ocupação de terras. Nessa ocupação, teve destaque uma irmã de Dorcelina Folador, que também despontou naquele período.

Dez anos depois, um novo marco: a eleição de Dorcelina como prefeita de Mundo Novo. Quem conhece a cidade e sabe do seu reduzido tamanho e de sua diminuta atividade econômica tem dificuldade para entender a importância desta vitória na luta contra aquilo que o povo chama - e Dorcelina teve a coragem de verbalizar em alto e bom som - de "Máfias das Fronteiras".

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

sendo muito comum sua presença em apoio a ocupações de terra em municípios vizinhos.

Dorcelina Folador despejou o esquema que a Máfia das Fronteiras tinha dentro da prefeitura: desvio de verbas, roubo de tratores, de carros. Ela fez tudo isso com pressa e decisão, que para alguns era produto de seu compromisso com os trabalhadores; e para outros, certeza de quem sabia que corria risco de vida e, portanto, não tinha tempo para desperdiçar. Cada um de seus atos repercutiu na região, reforçando o PT e o Movimento Sem Terra.

Ainda é cedo para um balanço de seus quase três anos de governo. Mas uma coisa, entre tantas, vale a pena destacar: pela primeira vez, o povo teve acesso à administração, o que não apenas ser governado.

Acuada pela vitória de Dorcelina e pela vitória do PT nas eleições de 1998, temerosos de novas vitórias petistas na eleição de 2000 e sob pressão da campanha nacional contra o crime organizado, a Máfia das Fronteiras decidiu reagir.

Talvez quisesse recuperar o controle do "corredor" de Mundo Novo, através do qual passa todo tipo de contrabando e tráfico. Talvez quisesse iniciar uma reação contra as presentes e futuras vitórias da esquerda. Talvez quisesse manter o "respeito" e o medo. Talvez tudo isso junto.

Na região do Mato Grosso do Sul, esta situação começou a mudar em meados dos anos 80, quando - ainda sob o governo Figueiredo - ocorreu uma primeira grande ocupação de terras. Nessa ocupação, teve destaque uma irmã de Dorcelina Folador, que também despontou naquele período.

Dez anos depois, um novo marco: a eleição de Dorcelina como prefeita de Mundo Novo. Quem conhece a cidade e sabe do seu reduzido tamanho e de sua diminuta atividade econômica tem dificuldade para entender a importância desta vitória na luta contra aquilo que o povo chama - e Dorcelina teve a coragem de verbalizar em alto e bom som - de "Máfias das Fronteiras".

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo de Estado. E uma ameaça direta aos interesses do crime e do latifúndio - até porque ela nunca se limitou às fronteiras de seu município,

Mulher, militante do MST, petista, a vitória de Dorcelina representava um sinal dos tempos, o que foi confirmado dois anos depois com a conquista pelo PT do governo

DESCASO

Rebelião na Febem marca o horror e o descaso do governo Covas

No último dia 25 de outubro, o país assistiu a mais um violento episódio na unidade da Febem (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor) Imigrantes, em São Paulo, que mantinha 1.216 menores internos. O resultado da rebelião, que teve cenas de barbárie, é um dos mais trágicos já vividos pela Fundação.

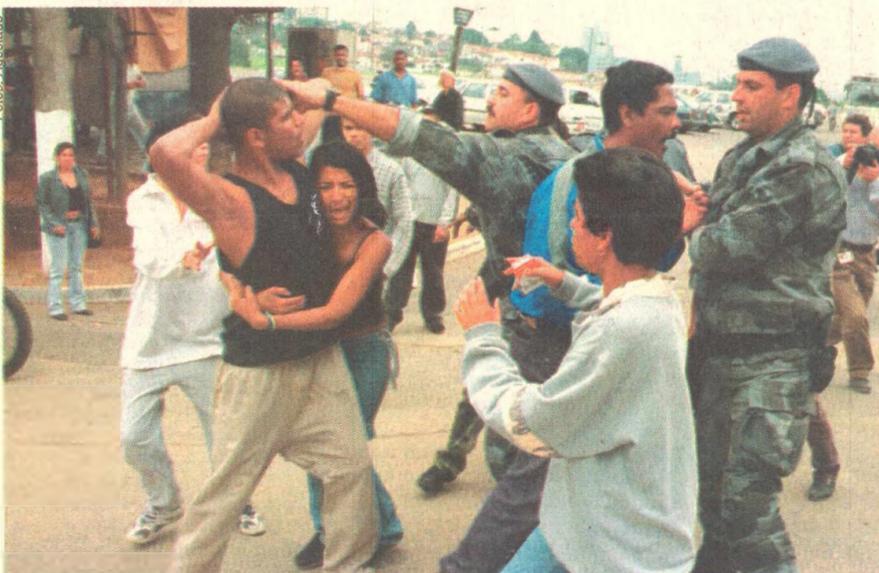
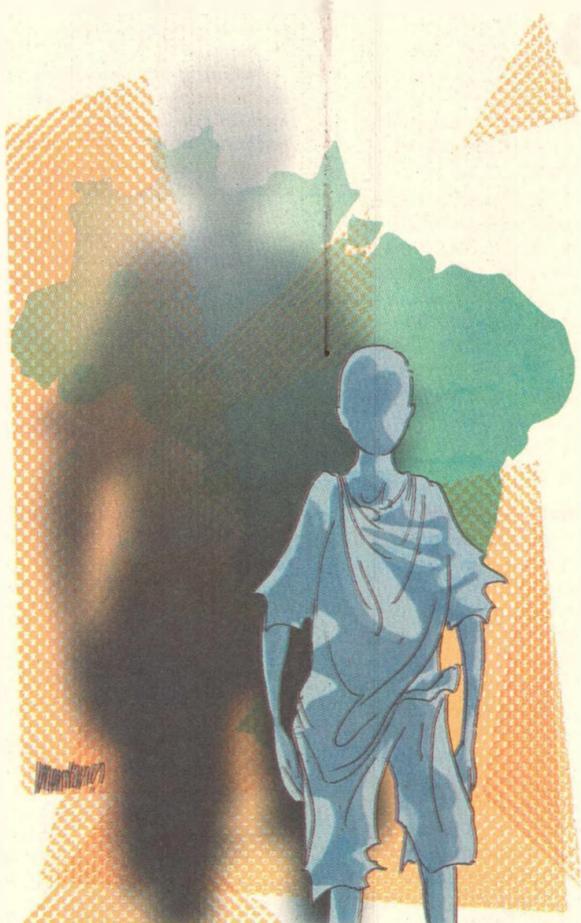
Quatro internos foram assinados, cerca de 60 pessoas (entre internos e funcionários) ficaram feridas. Jovens foram torturados na frente dos pais, que passaram o dia do lado de fora da unidade.

As precárias condições das Unidades da Febem há muito vem sendo alertada pela bancada do PT na Assembléia Legislativa de São Paulo. Os deputados e deputadas petistas têm cobrado e apresentado ao governador do Estado, Mário Covas, medidas para resolver a crise na instituição. De acordo com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, deputado estadual Renato Simões (PT), no ano passado a Comissão entregou ao governador um dossiê com sugestões de como aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas até agora nenhum retorno foi obtido.

Segundo a deputada estadual Maria Lúcia Prandi (PT-SP), que foi relatora da CPI sobre Irregularidades na Febem (encerrada em março/99), "o vazio das políticas públicas de atenção ao adolescente assume uma de suas faces mais descaradas na violência institucionalizada que se chama Febem".

Prandi argumenta que a Febem ainda funciona com base num estatuto elaborado em plena ditadura militar e está longe de sua verdadeira meta: recuperar e reintegrar socialmente os adolescentes autores de atos infracionais. "Ao contrário, com uma política baseada na repressão e nos maus-tratos, a Fundação se transformou ao longo de sua existência numa verdadeira escola da criminalidade, onde prevalece a violência, o preconceito e a violação dos direitos humanos", denuncia.

Dentre as medidas a serem adotadas, para que esta situação caótica seja alterada, Prandi salienta que é preciso dotar com infra-estrutura adequada os programas e serviços para aplicação das medidas sócio-educativas em meio aberto, como advertência, reparação do dano, prestação de serviços comunitários, liberdade assistida ou semi-liberdade. "Além disso, o governador



Fora da Febem, violência chega aos familiares dos jovens internos

Mário Covas precisa assumir, politicamente, o compromisso de descentralizar a Febem, negociando diretamente com os municípios a implantação de pequenas unidades de internação, possibilitando que os jovens permaneçam próximos dos familiares e de sua comunidade".

Trabalhadores da Febem criticam Covas

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Febem (Sitraemfa - filiado a CUT), Antônio Gilberto da Silva, Covas não tem controle da Febem. "Rebeliões, mortos, feridos, fugitivos. A Fundação que deveria ser para o bem-estar da criança e do adolescente está desgovernada e sem rumo", critica Antônio Gilberto da Silva.

Em nota divulgada à imprensa, o sindicato afirma que não obtém respostas, desde 1997, das reivindicações (reajustes salariais, melhorias de trabalho e atribuições de carreira), das campanhas salariais, "levadas em banho-maria pelo governo". O Sitraemfa diz ainda que Covas se nega a ouvir as propostas elaboradas pelos trabalhadores da Febem, com finalidade de dar uma solução imediata ao caos causado por uma "administração inepta da entidade".

A falta de diálogo entre o governo e as entidades

sindicais é também criticada pela presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT), Eliane Cruz. De acordo com a presidente "há solução" para os problemas da fundação, "basta o governador receber aqueles que realmente conhecem a real situação das unidades da Febem", declara ao defender uma audiência imediata com o governador do Estado.

OAB-SP conclama às autoridades

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, manifestou também sua indignação contra a "conduta irresponsável e inconseqüente" de Covas, que informou não haver solução de curto prazo para a Febem. Para a OAB-SP, o problema da Febem "não deriva de insuficiência de legislação, de inexistência de recursos ou falta de consentização da sociedade. A Febem é um problema de gestão governamental.

"Cruzar os braços diante de uma situação que mais se assemelha a um campo de concentração, como parece ser a postura dos nossos governantes, é reconhecer a falência do Estado para lidar com o menor infrator", diz a nota da OAB-SP, assinada pelo presidente da entidade, Rubens Approbato Machado. Por último, a OAB ressalta ainda que "não há tragédia maior que a

fraqueza do Estado na defesa de seus cidadãos".

Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

Em 27 de outubro, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado federal Nilmário Miranda (PT-MG), aprovou o relatório da subcomissão especial criada para investigar as denúncias sobre a Febem.

O relatório enumera dez sugestões de providências para minimizar os problemas. A deputada federal Iara Bernardi (PT-SP) e o deputado federal Ricardo Berzoini (PT-SP), que foram integrados à subcomissão, deverão realizar audiências públicas em São Paulo com entidades da sociedade civil que discutem questões sobre criança e adolescente, no sentido de buscar alternativas que substituam o atual sistema da Febem.

Para Iara Bernardi, o Estado, "que é responsável pela vida das pessoas que estão sob a sua guarda, deve assegurar o respeito à integridade física e moral

Febem, crise terminal

As imagens da última rebelião da Unidade Imigrantes da Febem/SP ganharam o Brasil e o mundo. Em poucas horas, a indignação com aquela que já é considerada a mais violenta das rebeliões já havidas na Fundação se avolumou. Ficou patente a total degeneração das relações internas nesta falida instituição: a direção da Febem com os monitores, os monitores entre si, os monitores com os adolescentes, a Polícia com os familiares, e, final e lamentavelmente, os adolescentes entre si, corroeram todos os patamares mínimos de relação. A morte e a tortura, com requintes de crueldade, praticadas por adolescentes contra seus colegas de internação, é o ápice desta degradação completa. A Febem transformou-se em um espaço de ódio e violência institucionalizados.

Covas, pateticamente, chama para si a responsabilidade de resolver um problema que seu governo negligenciou desde o primeiro dia. Ele fecha escolas e demite professores, corta verbas de programas sociais, mergulha São Paulo no mundo do desemprego e da falta de perspectivas para a juventude - semeia ventos, colhe tempestades. Novas penitenciárias nascem lotadas, os distritos policiais estão com presos saindo pelo ladrão, a Febem se arrasta moribunda nesta sua crise - esperamos - terminal. A Febem é o ponto final deste processo, de marginalização social da criança e do adolescente que explode em índices crescentes de criminalidade juvenil.

A FEBEM é ilegal. Rege-se por leis estaduais da década de 70, verdadeira leitura autoritária do autoritário Código de Menores, sepultado há quase dez anos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A FEBEM é infratora. Nestes anos, reproduz diuturnamente a violação dos direitos da criança e do adolescente, dos pais e mães de seus internos, da sociedade que anseia pela ressocialização destes jovens. A FEBEM precisa ser extinta, para dar lugar ao novo, o surgimento de políticas e programas públicos,

coordenados por novas instituições, adequadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Não é por falta de sugestões que a situação chegou onde chegou. Desde 1996, quando foi instalada e realizou a primeira audiência pública sobre o tema, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa ouviu falar de descentralização, regionalização, novo projeto pedagógico, reciclagem do quadro de pessoal da Fundação... Resoluções dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipais da Criança e do Adolescente; relatório da CPI da FEBEM; propostas dos Grupos de Trabalho que envolveram o Judiciário, o Executivo, o Ministério Público e os Conselhos, sob coordenação da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia: são apenas algumas das contribuições que a sociedade deu ao governo para tirar a FEBEM da clandestinidade.

Dinheiro também não falta: se é o governador quem diz, que somos nós para contrariar? Falta, na verdade, capacidade de gerenciamento e articulação política de um governo que, preocupado com o equilíbrio financeiro capaz de repassar à União e aos banqueiros internacionais - todo mês - recursos da ordem de 300 milhões de reais, esqueceu-se de manter políticas públicas que correspondem aos direitos econômicos, sociais e culturais do povo de São Paulo.

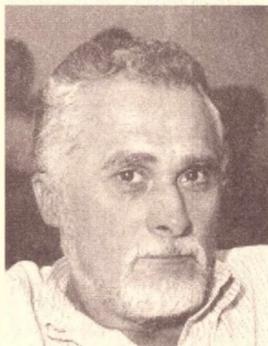
Por isso, apresentamos no bojo desta crise o Projeto de Lei 877/99, que extingue a FEBEM, revoga as leis estaduais remanescentes da ditadura que a regem e obriga o Estado a substituir esse sistema por novas políticas e programas que concretizem as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como um conjunto de medidas de curtíssimo, curto, médio e longo prazos para o enfrentamento da atual crise. Covas, que diz ocupar agora metade de seu tempo como responsável direto pela FEBEM, tem aí seu teste de fogo: os jovens massacrados da FEBEM denunciam a verdadeira face deste governo.



Renato Simões é deputado estadual (PT/SP) e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Menino é espancado e morto em frente às emissoras de televisão

DEBATE



O PT rejeitou a concepção central das propostas do governo, onde se substituiu o direito à aposentadoria por tempo de serviço por aposentadoria por tempo de contribuição, acompanhada de requisito de idade mínima.

Para compreender a posição do PT em relação aos atuais impasses em torno da reforma da Previdência é importante levar em conta que o partido vem se opondo às propostas de reforma do governo e não à necessidade de reforma da sistema previdenciário. Por isto, o PT apresenta propostas próprias, a partir das quais pretende negociar com outros partidos no Congresso. Negociar diretamente com o governo e com o presidente Fernando Henrique, como já foi feito na reforma constitucional da Previdência, quando as centrais sindicais e o PT negociaram, mostrou-se um caminho inócuo. Em nenhum momento foram aceitas as propostas de emenda apresentadas pela Oposição e pelas centrais sindicais.

O PT rejeitou a concepção central das propostas do governo, onde se substituiu o direito à aposentadoria por tempo de serviço por aposentadoria por tempo de contribuição, acompanhada de requisito de idade mínima. Os impasses

O PT apresenta propostas próprias e pretende negociar com outros partidos no Congresso

atuais em torno das mudanças da Previdência abrangem dois aspectos: um relacionado aos aposentados pelo INSS, e outro, relacionado aos inativos do setor público.

Quanto aos aposentados do setor privado, proposta do governo já aprovada pela Câmara e que tramita no Senado introduz o fator previdenciário. O fator previdenciário irá reduzir os benefícios do contribuinte que se aposenta com menos idade e aumentá-los para quem se aposenta com mais idade. Na prática, isto significa que uma parcela das pessoas que têm direito à se aposentar perderão recursos. Por exemplo, um trabalhador que poderia se aposentar aos 51 anos de idade, com 35 de contribuição, a

partir de um benefício de R\$ 500,00 na base atual, ao requerer a aposentadoria perderia cerca de 27% recebendo apenas R\$ 364,50 mensais. Para conseguir receber o que tem direito constitucionalmente hoje, deve trabalhar mais. Isto representa uma forma indireta de introduzir a idade mínima, penalizando aqueles que começam trabalhar mais cedo.

Por outro lado, o governo insiste em taxar os inativos do setor público, matéria já deliberada pelo Congresso e considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. É verdade que no setor público, principalmente nos Estados, existem aposentadorias exorbitantes, que se traduzem em privilégios inaceitáveis. Mas 80% desses aposentados recebem proventos médios-baixos, e sua taxaço representaria um confisco. Além disso, existe o problema da inconstitucionalidade da taxaço que não pode ser ignorado.

Trata-se, portanto, de buscar saídas que

eliminem privilégios sem agredir direitos e sem confiscar inativos de baixos e médios proventos. Acreditamos que a melhor saída seria estabelecer para os futuros aposentados do setor público tetos de aposentadoria menores que os salários dos ativos. Nos Estados e municípios, esses tetos deveriam ser menores que o teto federal. Quanto aos atuais aposentados que recebem altos e

O que nós, do PT, não aceitamos é que se obrigue o partido a aprovar as propostas do governo que, além de inconstitucionais, são injustas e confiscatórias em muitos sentidos

privilegiados proventos, existem três possibilidades que devem ser estudadas: rever os acúmulos e vantagens indevidas que estão agregadas aos altos proventos; limitar as aposentadorias aos salários da ativa; e estabelecer novas alíquotas progressivas de Imposto de Renda com taxas de incidência maiores sobre salários mais altos. No caso do caminho da Emenda à Constituição, pode-se estabelecer um piso de isenção, igual, por exemplo, ao teto da aposentadoria privada, é a partir desse piso incidir taxaço progressivas.

O que nós, do PT, não aceitamos é que se obrigue o partido a aprovar as propostas do governo que, além de inconstitucionais, são injustas e confiscatórias em muitos sentidos. Ao contrário do PT, o governo não quer fazer uma reforma abrangente da Previdência. Em nome do combate a privilégios, quer apenas fazer um ajuste fiscal atingindo direitos.

José Genoíno é deputado Federal PT/SP

SOBERANIA



A opinião pública começa a mudar sensivelmente em relação às privatizações, em razão da degradação da qualidade dos serviços, aumento brutal das diversas tarifas, como também pela cada vez mais evidente perda de soberania e desnacionalização da economia.

As privatizações já realizadas deverão ser auditadas rigorosamente

As privatizações tem representado um enorme processo de transferência de renda do setor público para o setor privado. Os preços de venda foram aviltantes, muitas vezes financiados com recursos públicos. Seus benefícios para o propalado crescimento da economia são inexistentes, e não produziu nenhum resultado no abatimento das dívidas interna e externa. Dados recentes do Banco Central dão conta que, entre 1991 e 1999, o Brasil arrecadou com a venda de empresas estaduais e da União 88,3 bilhões de dólares (172,7 bilhões de reais). Só de julho de 98 a julho de 99, o total de gastos com juros da dívida pública foi de 66 bilhões de dólares (129,1 bilhões de reais).

Em apenas um ano, foi gasto com juros cerca de 80% do arrecado em oito anos de privatizações.

A opinião pública começa a mudar sensivelmente em relação às privatizações, em razão da degradação da qualidade dos serviços, aumento brutal das diversas tarifas, como também pela cada vez mais evidente perda de soberania e desnacionalização da economia (com conseqüências negativas diretas sobre o emprego e produção). A recente privatização da CESP-Tietê, em São Paulo é mais um exemplo gritante nesse processo de desnacionalização, realizada ainda com recursos do BNDES. O fato, na verdade, já havia se repetido em diversas outras privatizações, principalmente de elétricas, mas acabou ganhando grande repercussão devido aos protestos de parte do empresariado nacional. O BNDES não impõe qualquer condição de proteção aos postos de trabalho das empresas,

e acaba sendo, em essência, um financiador do desemprego no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores deve reafirmar, ideológica e economicamente, sua posição contrária à privatização das empresas estatais, desenvolvendo as lutas sociais e institucionais necessárias para impedir a venda dessas empresas. O PT deve defender a re-estatização das ex-estatais prestadoras de serviços públicos considerados essenciais à vida e ao desenvolvimento econômico e social do povo brasileiro, notadamente telecomunicações e setor de energia. O PT deve, ainda, propor permanentemente mecanismos que

O PT defenderá sua posição para definir soluções em cada caso de privatização

O PT deve defender a re-estatização das ex-estatais prestadoras de serviços públicos considerados essenciais à vida

garantam a transparência e o efetivo controle da sociedade sobre as empresas, transformando-as verdadeiramente em empresas públicas. No âmbito de seus governos - e daqueles nos quais o PT participe em alianças - deverão serem suspensas todas as privatizações em curso. As privatizações já realizadas deverão ser auditadas rigorosamente, avaliando-se inclusive as condições de venda, fornecimento dos serviços, contratos de concessão e, também, os aspectos éticos que envolveram a aprovação

da venda de cada empresa estatal. A partir dos resultados dessas autorias, os governos devem buscar mecanismos institucionais e com ampla consulta popular - nos quais o PT defenderá sua posição - para definir a solução necessária para cada caso.

As agências reguladoras nacionais são experiências embrionárias mas os limites de seu papel, os vícios e desvios na composição de seus dirigentes e o que vem sendo a atuação dessas agências nos diversos eventos não as credenciam para exercer um papel relevante na regulação dos serviços públicos. Nossa opinião é de que o PT deve realizar uma conferência de trabalhadores e estudiosos das áreas envolvidas, buscando uma definição política consistente a respeito de como tratar a questão das agências reguladoras.

Arlindo Chinaglia é deputado federal (SP) e secretário geral nacional do PT

O PT e as privatizações

CONGRESSO DO PT



Partido realiza Encontros estaduais e setorias nacionais

Realizados no final de outubro e início de novembro, os encontros estaduais do Partido elegeram novas direções, delegados e delegadas para o II Congresso Nacional do PT, que se realizará de 24 a 28 de novembro em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Em quase todos os Estados os encontros transcorreram sem grandes problemas, embora alguns temas tenham gerado polêmicas, como a expressão Basta de FHC ou Fora FHC, questões quanto ao pagamento da dívida externa e interna, eleição para presidente – realizada de forma direta ou nas instâncias.

O encontro estadual do Rio de Janeiro, em decorrência de uma resolução aprovada sobre a relação do PT com o governo Anthony Garotinho gerou uma grande discussão partidária e foi pauta em todos os grandes jornais do país.

Até o fechamento desta edição, segundo dados

fornecidos pela Secretaria Nacional de Organização do PT (Sorg), somente dois diretórios estaduais – Distrito Federal e Pernambuco – ainda não tinham definido os nomes de

seus novos(as) presidentes.

De acordo com a Sorg, quanto aos números de delegados e delegadas eleitos nos Encontros Estaduais e nos Setoriais, quaisquer alterações deverão ser

mínimas, podendo, portanto, os militantes petistas – a partir da informações abaixo – obterem um quadro bastante próximo ao que deve se configurar no Congresso do Partido.

Estado	Delegados(as) Setoriais	Delegados(as) Enc. Estaduais	Total de delegados(as)	Presidente
AC	6	5	11	Minouro M. Quimpora
AL	0	10	10	Paulo F. Santos
AM	0	5	5	Joaquim Frazão
AP	2	4	6	Maria Dalva Figueiredo
BA	1	27	28	Josias Gomes
CE	5	43	48	José Nobre Guimarães
DF	6	27	33	
ES	0	10	10	Irliny Lopes
GO	7	15	22	Osmar L. Maranhães
MA	0	10	10	Joaquim W. L. Oliveira
MG	0	113	113	Maria do Carmo Lara
MS	9	32	41	Elza Aparecida Jorge
MT	1	12	13	Giulene Ramos
PA	0	25	25	Paulo Rocha
PB	0	21	21	Adalberto Fuzêncio
PE	1	*42 ou *46	1	
PI	0	15	15	Marin Regina Souza
PR	2	31	33	Ngelson Miquelelli
RI	19*	65	65	Carlos Santana
RN	0	5	5	José O. Aínde Filho
RO	2	*7	2	Fátima Cleide R. Silva
RR	0	1	1	Antonio F. B. Marques
RS	5	100	105	Julio Quadros
SC	0	20	20	Milton Mendes de Oliveira
SE	0	12	12	José Eduardo Dutra
SP	22	156	178	Paulo Fratreschi
TO	2	5	7	José Santana Neto
Total	71	769	840	

* Dados incompletos

Lamento e louvação

Milton Temer é deputado federal (PT/RJ)

Assim fica difícil de aceitar e compreender.

“Lula apóia Garotinho e Brizola apóia o PT”.

É a manchete do jornal O Globo, dois dias depois da decisão democrática do II Congresso estadual do PT-RJ, que deliberou, por aclamação em quórum qualificado – metade mais um dos delegados eleitos, cerca de cem a mais do que os credenciados –, a entrega dos cargos de confiança petistas no governo Garotinho. Resolução em defesa da dignidade de nossa legenda, que o governador classificara dias antes como “partido da boquinha”.

Manchete disparatada? Tragicamente, não. Enquanto Lula louvava e defendia Garotinho, considerando “irresponsável” a decisão dos delegados do Rio, Brizola, presidente do partido do dito cujo, colocava-lhe sobre os ombros a responsabilidade principal pela crise. Denunciava os métodos centralizadores e as decisões tomadas sem consulta aos partidos da frente de oposições. Na mesma direção, aliás, com que o PSB trabalhava após sua reunião no mesmo fim de semana.

O presidente de honra do PT, que parece ter por nomes expressivos das classes dominantes brasileiras – ACM e Antonio Ermírio, por exemplo – uma tolerância maior do que lhe merece a esquerda petista do Rio, certamente não é um precipitado em suas declarações publicadas. Não disse o que disse sem pesar as consequências. Apenas deu um passo a mais na lógica de privilegiar, dentro do PT, as concepções que nos acomodam a uma posição crítica, até profundamente, em relação à ordem vigente, mas sem preocupação com a sua substituição. E de privilegiar concepções de política de alianças absolutamente contestáveis do nosso ponto de vista.

É um direito. Mas fica a pergunta: há alguma diferença significativa entre Garotinho, louvado, e Ciro Gomes, o garotinho louvado de ontem, hoje execrado?

Se houver, certamente não é para favorecer o governador do Rio, cujo comportamento matreiro já o fez cunhar uma outra frase, exemplar para o justificar o comportamento oportunista que marca suas adesões disfarçadas a Fernando Henrique – “Faço oposição ao governo, não faço oposição ao País”. À direita, portanto, de Ciro que,

mesmo na lógica do sistema, não deixa de explicitar críticas gerais e pessoais até duras em relação a FHC.

O que digo acima não vem no sentido de bloquear qualquer crítica às posições da convenção do Rio. Embora dispute a presidência do PT com José Dirceu, não tenho reparos à sua forma de empreender luta política para interpretar, como lhe interessa, os termos da resolução. Assim como nada tenho a contestar no que foi dito por José Genoino, na condição de líder da bancada federal. Pelo contrário. São incisivos, mas fraternos. De Arlindo Chinaglia, secretário-geral, a solidariedade, no tom da indignação contra o comportamento condenável de Garotinho não pode deixar de ser registrada..

Operaram todos no sentido do que entendo como correto para dirigentes de um partido de massas. Respeitando a pluralidade de opiniões num debate que, integrando quadros, militantes, simpatizantes e eleitores, constrói dialeticamente a sua unidade de ação. Sem imposições que só encaminham para a transformação desse tipo de partido em um ajuntamento disforme de massas despolitizadas.

NOTAS

II ENEN – Encontro Nacional de Entidades Negras

Passados quase oito anos do I Enen, com a participação de cerca de trezentos delegados, convidados e observadores, representando vinte Estados do país, a Coordenação Nacional de Entidades Negras – Conen, realizou, dos dias 8 a 11 de outubro, na cidade do Rio de Janeiro, o II Enen - Encontro Nacional de Entidades Negras.

O I Enen, realizado entre os dias 14 e 17 de Novembro de 1991, em São Paulo, significou a expressão e síntese de uma estratégia utilizada pelo movimento negro contemporâneo, dos últimos 30 anos: a de denúncia da situação de desigualdade e exclusão da população negra da vida política, econômica e cultural do país.

Os debates e conclusões do I Enen apontaram para a não presença do negro nos setores mais organizados da classe trabalhadora, dada a sua participação marginal no processo de produção; a prioridade dos setores organizados na “unidade da classe trabalhadora” em detrimento das questões específicas inerentes à sua composição; por fim, a ideologia da democracia racial incorporada por diversos segmentos sociais, conservadores e progressistas, que anestesiou durante muito tempo a consciência e a visibilidade do que seja o negro no Brasil.

Permitiram, também, o início de uma discussão sobre a necessidade da construção de um projeto político global de combate ao racismo, trazendo a questão racial enquanto um dos grandes impasses nacionais a serem solucionados num projeto alternativo de Brasil.

O II Enen, além de buscar a consolidação e legitimidade da construção nacional de uma complexa e articulada estrutura política organizativa de “entidades e grupos de maioria negra que tenham o objetivo específico de combate ao racismo e/ou expressar valores culturais de matrizes africanas, e que não tenham vínculos com as estruturas governamentais ou partidárias”, avançou no debate sobre o projeto político iniciado no I Enen.

Este avanço pudemos constatar nos encontros de articulações (relações e parcerias políticas, mulheres negras, sindicalistas negros, comunidades negras rurais, juventude negra, operadores de direito, pré-vestibular para negros, empresários negros, universitários negros, religiões afro-brasileiras) e nas exposições temáticas dos seguintes grupos de trabalho: Estado, poder e participação política da população negra do Brasil; Cultura, Identidade e Consciência Racial; Comunidades negras rurais e o problema da terra no Brasil; Saúde e sexualidade da

população negra brasileira; Desenvolvimento sustentável e qualidade de vida da população negra no Brasil; Desenvolvimento econômico, trabalho e geração de renda; Direitos humanos e relações raciais no Brasil; Diáspora hoje: relações internacionais e globalização; O Estágio das pesquisas sobre a questão racial e os movimentos sociais negros no Brasil; Educação e pedagogia interétnica; Políticas Públicas e de ações afirmativas no Brasil.

Um exaustivo mas produtivo Encontro realizado com o tema “500 anos de racismo em tempos de globalização e exclusão social”, que finalizou com a aprovação de um plano de lutas e do “Manifesto do Rio de Janeiro”, que a partir de uma leitura da conjuntura internacional e nacional da realidade das populações e dos movimentos sociais negros, foi formulado com o seguinte norte político:

“... Nesse cenário, o combate ao racismo está associado à luta contra o capitalismo. A democratização do poder, a distribuição de renda e a questão da terra tornam-se eixos que devem orientar a nossa mobilização e organização. É impossível pensar a superação do racismo sem que essas condições sejam garantidas para todos.

Superar o racismo implica, antes de tudo, garantir condições iguais e dignas de vida para todos, visando superar as desigualdades de raça, classe e gênero. Implica na redistribuição radical das riquezas e dos gastos públicos para as políticas de atendimento às demandas sociais. Em uma política pública que priorize os setores menos favorecidos, principalmente quando sintetizam alto grau de pobreza, de discriminação racial ou de gênero, na perspectiva de atingir a igualdade de condições sociais.

Implica construir um projeto político onde a igualdade social e a pluralidade racial sejam os pontos centrais.

O II Enen aprovou, também, um novo formato para a composição da direção da Conen, que terá como tarefa encaminhar as decisões do Encontro, fortalecer a estruturação dos Fóruns Estaduais de Entidades Negras, implementar a criação dos Comitês Estaduais do Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular - Brasil: Outros 500 e organizar o Congresso Nacional de Entidades Negras para o ano de 2001.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva é secretário nacional de Combate ao Racismo do PT

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

- Cobrança bancária
 - Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 - Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
- Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
São Paulo-SP - C/C nº 123456-0
(envie xerox do comprovante)

Nome _____
Endereço _____
Profissão _____ Tel _____
CEP _____ Cidade _____ Estado _____
Sexo: Masculino Feminino
Filiado ao PT: Sim Não

Os Candidatos à presidência nacional do Partido dos Trabalhadores terão espaço reservado no PT Notícias para publicação de textos até o II Congresso Nacional do Partido. Publicamos nesta edição o artigo do deputado federal Milton Temer (PT-RJ)